



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XIV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

SEGUNDA PROVA ESCRITA
Cuiabá – Mato Grosso
30 de março de 2008

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Deverá ser redigida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
03. Confira se o caderno de prova contém 20 (vinte) folhas todas timbradas, pautadas e numeradas. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
04. Estarão à disposição folhas não pautadas que servirão para possíveis rascunhos. Entretanto, dada a natureza da prova, o tempo regulamentar e a impossibilidade da correção, recomenda-se aos candidatos que não façam rascunhos.
05. É vedada consulta a quaisquer anotações ou dicionários, sendo facultado recorrer exclusivamente a textos legais, sem comentários ou notas explicativas.
06. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
07. **Não** é permitida a utilização de corretivos líquidos e, na hipótese de erro, o candidato poderá utilizar-se de riscos, parênteses ou valer-se da palavra “digo”.
08. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões integra a avaliação.
09. Ao terminar, o candidato deverá devolver o caderno de prova, **não** destacando o cartão de identificação.
10. Não é permitido escrever nada no caderno de prova que possa levá-lo a ser identificado (assinatura, rubrica, desenho, figura, etc.). Qualquer identificação importará na desclassificação sumária do candidato.
11. A sessão pública de identificação das provas e divulgação do resultado ocorrerá no dia 23.04.2008, a partir das 16 horas, na sede do TRT da 23ª Região, situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3355 – Centro Político Administrativo.

COMISSÃO DE CONCURSO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XIV Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto

- 1) Acerca do intervalo intrajornada previsto no artigo 71 da CLT, responda de forma fundamentada:
 - a) o período de não-concessão total ou concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, integra a jornada para efeito de constatação do trabalho em horário extraordinário?
 - b) A concessão parcial do período do intervalo intrajornada mínimo, implica o pagamento total (01h00) ou parcial? O pagamento do aludido intervalo representa horas extras, com o pagamento dos reflexos legais? Qual a natureza da obrigação de remunerar o período correspondente?
- 2) Ante os princípios organizacionais baseados na integração de tarefas, flexibilidade da mão-de-obra e “multifuncionalidade” (execução de diferentes atividades com exigência de conhecimentos e qualificações distintas), comente acerca da subordinação estrutural ou integrativa à luz da terceirização e quais os efeitos jurídicos na relação de trabalho entre o tomador de serviços, empresa terceirizada e trabalhador.
- 3) Empregada doméstica foi admitida no dia 01/08/2007, mediante contrato verbal de experiência, pelo prazo de 90 dias; teve a confirmação de sua gravidez no dia 01/10/2007, e o seu empregador, servidor público, foi transferido para outra cidade no dia 15/10/2007, o que ocasionou a mudança de residência. A empregada ficou impossibilitada, por motivos familiares, de acompanhar o empregador, fato este que acarretou a sua dispensa sem justa causa. Responda de forma fundamentada:
 - a) A empregada é detentora da estabilidade provisória no emprego?
 - b) A empregada terá direitos ao recebimento do salário-maternidade, reintegração no emprego ou indenização substitutiva do período de estabilidade?
- 4) No processo do trabalho, em se tratando de inexistência de bens penhoráveis do devedor, poderá o Juízo, na fase de execução definitiva, determinar a penhora de parte do salário deste ou os valores depositados em caderneta de poupança até o limite de 40 salários mínimos? Fundamente.

5) A Orientação Jurisprudencial nº 130, da SBDI-II do C. TST, estabelece:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. EXTENSÃO DO DANO CAUSADO OU A SER REPARADO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 93 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DJ 04.05.2004

Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.”

Responda de forma fundamentada:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XIV Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto

- a) Ante a regra específica do artigo 2º, da Lei nº 7.347/85, tem aplicabilidade a regra do artigo 93 da Lei 8.078/90 às ações civis públicas?
- b) A interpretação que emerge da Orientação Jurisprudencial supra está em consonância com a doutrina e com o artigo 93, inciso II, do CDC?

6) O Ministério Público do Trabalho, após operação do Grupo Móvel de Erradicação do Trabalho Escravo do MTE, firmou Termo de Ajustamento de Conduta com o proprietário da Fazenda, no qual, além de várias obrigações de fazer e não fazer, restou estabelecido o pagamento de dano moral individual aos trabalhadores que laboravam na propriedade rural, em condições degradantes, no importe de R\$-3.000,00. Responda, fundamentando:

a) O Ministério Público do Trabalho teria legitimidade ativa para firmar, no referido Termo, a obrigação de o Compromitente (proprietário da fazenda) pagar o valor de R\$-3.000,00 a título de dano moral individual?

b) Poderá qualquer trabalhador envolvido propor reclamação trabalhista em face do proprietário da Fazenda, com a juntada do aludido Termo de Ajustamento de Conduta, formulando pedido de dano moral individual, no importe de R\$-10.000,00, por ter trabalhado e vivido em condições degradantes na referida fazenda?

7) Diante da nova redação dos arts. 736 do CPC, dada pela Lei 11.382/2006 (“*O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos*”), e do art. 739-A e seu § 1º (“*Os embargos do executado não terão efeito suspensivo.*”

§ 1º *O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes*”), discorra sobre os embargos do devedor no novo contexto instaurado pela reforma do CPC, bem assim se é possível ou não, consideradas as alterações das normas processuais, suscitar exceção de pré-executividade, fazendo breves comentários sobre esta.

8) Discorra brevemente em torno dos vícios do negócio jurídico.

9) É possível a edição de medidas provisórias por parte dos governadores dos Estados? Justifique.

10) Discorra sobre o direito de greve dos servidores públicos com vínculo estatutário, inclusive sob o enfoque da recente alteração jurisprudencial do STF.